

Para economistas, há riscos com empréstimos aos estados

Fernanda Bompan

Apesar da intenção da equipe econômica de Dilma Rousseff de acelerar o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro neste ano, por meio do aumento dos investimentos, como a criação de uma linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os estados - que deve ser anunciada amanhã -, especialistas chamam atenção para os cuidados de medidas como essa não prejudicarem as contas estaduais.

Isto porque, conforme os economistas, existem limites para cada estado se endividar, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, e segundo dados do Banco Central, o superávit primário dos governos estaduais não mostra bons sinais para o cumprimento da meta. Exemplo disso, é que no acumulado de janeiro a abril de 2012, a economia para o pagamento dos juros da dívida pública recuou 2,25% na comparação com o mesmo período do ano passado, ao passar de R\$ 14,996 bilhões para R\$ 14,658 bilhões. Ao mesmo tempo, a dívida líquida dos governos estaduais no primeiro quadrimestre de 2012 somou R\$ 401,660 bilhões.

Além disso, de modo geral, o setor público investe cerca de 2% do PIB, patamar longe do ideal para economistas. No entanto, segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional, os recursos disponibilizados para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) subiram 50% no primeiro quadrimestre de 2011 para o mesmo período deste ano, ao passar de R\$ 7,558 bilhões para R\$ 11,337 bilhões.

O consultor econômico Raul Velloso comenta que o governo parece estar reagindo à constatação de que, nos últimos trimestres, é o investimento que tem comandado a desaceleração do crescimento econômico. "O ideal seria que a recuperação se desse pelo lado do setor privado, o que é mais difícil num quadro de crise mundial. Nesse sentido, talvez não haja muita escolha, até porque a capacidade para aumentar investimentos de alguns estados e prefeituras de maior porte parece hoje maior do que a da União", argumenta o especialista.

Por outro lado, para ele, medidas como a criação de uma linha de crédito do BNDES têm de ser feitas com bastante cuidado, "para não jogar por terra todo o esforço recente de saneamento das contas estaduais". "Penso ainda que o governo deveria incrementar as concessões na área da infraestrutura de transportes para o setor privado, mas procurando evitar os defeitos das últimas rodadas", sugere Velloso.

O professor da ESPM, Adriano Gomes, avalia que do lado de implementar mais uma medida para estimular o crescimento econômico, o governo mostra que está preocupado em aumentar os investimentos. Porém, há também um risco do lado fiscal. "O nível de endividamento dos estados já está no limite", diz.

Na opinião dele, os estados que receberem os aportes deverão criar, cada um, uma alternativa para que suas finanças não fiquem deficitárias, como oferecer compensações fiscais.

Raul Velloso afirma ainda que, primeiro, é preciso ver se há margem para endividar-se, diante dos limites legais. "Alguns estados podem ter, outros não", aponta o consultor econômico. Depois, é preciso ter consciência de que o superávit primário dos estados será menor do que na hipótese de não se fazerem essas operações. "O ambiente de crise de demanda agregada como o em que vivemos abre, sim, espaço para um menor superávit primário, mas desde que o dinheiro seja bem aplicado", conclui.

Nova linha

Os detalhes da nova linha ainda estão sendo fechados no Ministério da Fazenda, mas o valor deve girar em torno de R\$ 10 bilhões, segundo fonte do governo.

Os estados terão de apresentar projetos de investimento para análise do BNDES ao se candidatarem ao crédito. Antes de entrar em operação, o Conselho Monetário Nacional (CMN) também terá de regulamentar as condições da linha, como o limite individual de cada ente.

Essa fórmula já foi usada na crise de 2009, quando foi criado o Programa Emergencial de Financiamento. A linha, na época, contava com R\$ 10 bilhões.

O Ministério da Fazenda já anunciou um novo aporte do Tesouro no valor de R\$ 45 bilhões no BNDES, dos quais R\$ 10 bilhões devem ser liberados neste mês.

Procurado pelo DCI, a assessoria de imprensa do BNDES confirmou que deverá em breve ser anunciada essa linha, mas até o fechamento desta edição não havia informações dos detalhes e de quem anunciará - o próprio banco ou a presidente Dilma.

Já o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, desconversou ontem se haverá a liberação dos R\$ 10 bilhões aos estados. "Há um valor de 45 bilhões de reais do BNDES que ainda não foi utilizado. Vamos, à medida que for necessário e os desembolsos exigirem, fazer a execução disso", afirmou o secretário.

Ele disse também que o limite atual dos estados já é expressivo. Mas que revisões devem ocorrer a cada ano. "Este ano, vamos revisar novamente e, eventualmente, podemos ampliar esse limite", prevê Augustin.

Fonte: DCI, São Paulo, 14 jun. 2012, Primeiro Caderno, p. A3.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins editoriais.